DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026, DE 04/11/2026

apostilas opção

BOA VIAGEM-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM - CEARÁ

PROFESSOR PEDAGOGIA



- Língua Portuguesa
- Matemática
- Atualidades e Convivência Societária
- Conhecimentos Educacionais
- Didática
- Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

BOA VIAGEM - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM - CEARÁ - CE

PROFESSOR PEDAGOGIA

EDITAL Nº 001/2026, DE 04/11/2026

CÓD: OP-060NV-26
7901204406229

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto 9
2. Tipos e gêneros textuais 10
3. Situação comunicativa: Pressuposto e subtendido; Inferência 11
4. Ambiguidade 12
5. Polissemia 16
6. Intertextualidade 16
7. Tipos de linguagem 18
8. Estrutura textual: Progressão temática; Paragrafação; Enunciado 20
9. Coesão; Coerência 26
10. Variações linguísticas: Formalidade e informalidade; Propriedade lexical; Adequação da linguagem 27
11. Fonética e fonologia (encontros consonantais, encontros vocálicos, dígrafos) 31
12. Acentuação gráfica 33
13. Pontuação 35
14. Ortografia 36
15. Morfologia (Classes de palavras, Processo de formação das palavras) 36
16. Funções da linguagem 44
17. Análise sintática dos períodos simples e composto 47
18. Concordância verbal e nominal 51
19. Regência verbal e nominal 53
20. Sintaxe de colocação 54

Matemática

1. Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). Múltiplos e divisores: máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Frações ordinárias e decimais. Números decimais: propriedades e operações. Expressões numéricas; conjuntos numéricos: números naturais e inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum). Números racionais e irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal). Números reais (relação de ordem e intervalos). Operações 61
2. Equações do 1º e 2º graus. Problemas; resoluções de equações, inequações e sistemas 74
3. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal 80
4. Sistema monetário brasileiro 83
5. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta 87
6. Porcentagem 93
7. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes 95
8. Fundamentos da teoria dos conjuntos 96
9. Funções: estudo das relações, definição da função, funções definidas por fórmulas: domínio, imagem e contradomínio, gráficos, função injetora, sobrejetora e bijetora, funções par e ímpar, funções crescentes e decrescentes, função inversa, função composta, função polinomial do 1º grau, quadrática, modular, exponencial e logarítmica 99
10. Sequência: progressão aritmética e geométrica 113

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

11. Geometria plana. Ângulos: definição, classificação, unidades e operações, feixes de paralelas cortadas por transversais, teorema de tales e aplicações. Polígonos: elementos e classificação, diagonais, soma dos ângulos externos e internos, estudo dos quadriláteros e triângulos, congruências e semelhanças, relações métricas dos triângulos. Área: polígonos e suas partes; geometria espacial: retas e planos no espaço (paralelismo e perpendicularismo), poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindro, cone e esfera (elementos e equações) 118
12. Álgebra: matrizes, determinantes, análise combinatória 128
13. Geometria analítica: estudo analítico do ponto, da reta e da circunferência (elementos e equações) 139
14. Números complexos: operações. Forma algébrica e trigonométrica 143

Atualidades e Convivência Societária

1. Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Boa Viagem; Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Boa Viagem; Arte e cultura; Ciência, tecnologia e inovação; Democracia, ética e cidadania; Ecologia/biodiversidade; Globalização e geopolítica 153
2. Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, transporte, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável 157
3. Responsabilidade social: setor público, privado, terceiro setor 161
4. Sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância, inclusão/exclusão, relações de gênero 165
5. Tecnologias de Informação e Comunicação 169
6. Vida urbana e rural 172
7. Violência e drogas 176
8. Ética profissional e relações humanas no trabalho; Ética moral e cidadania 180

Conhecimentos Educacionais

1. O atual sistema educacional brasileiro 193
2. A escola pública como instrumento de inclusão social 194
3. A legislação educacional brasileira: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96 198
4. Plano Nacional de Educação 218
5. Organização do ensino na escola 225
6. A Gestão democrática 226
7. Instâncias colegiadas de gestão na escola pública de ensino 232
8. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental 233
9. Natureza do trabalho pedagógico: fundamentação filosófica, política e educacional 243
10. O papel do educador no ingresso, permanência e sucesso do aluno na escola 244
11. As contribuições científico-tecnológicas para o conhecimento do processo de aprendizagem na infância, na adolescência, na juventude e no adulto 246
12. A influência de Paulo Freire na Educação e no mundo 247

Didática

1. Concepções de sociedade, homem e educação 255
2. A função social da escola pública 256
3. A história da organização da educação brasileira 257

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

4. As contribuições de Piaget, Vygotsk e Wallon para o desenvolvimento humano e da aprendizagem 259
5. A educação como ato político, a pedagogia como ciência da educação e a didática como teoria e prática do ensino..... 265
6. Os pressupostos teóricos e metodológicos da ação docente 266
7. Planejamento educacional: tipos, concepções, processos de elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do planejamento da ação docente..... 267
8. Elementos do plano de ensino..... 269
9. A gestão da sala de aula e sua relação com os paradigmas educacionais presentes na prática educativa 274
10. As novas tecnologias e suas aplicações na construção do conhecimento 275
11. A avaliação da aprendizagem: concepções, princípios, procedimentos e instrumentos 279
12. Registros e trocas de experiências do/no cotidiano da sala de aula..... 280
13. Relação professor X aluno, pais e comunidade..... 281
14. Organização do ensino-aprendizagem e articulação com a diversidade 283
15. Contextualização e interdisciplinaridade na construção do conhecimento..... 284
16. A educação de jovens e adultos: pressupostos teóricos e metodológicos na EJA 285
17. Educação indígenas: noções básicas..... 287
18. Educação inclusiva: noções básicas 289

Conhecimentos Específicos
Professor Pedagogia

1. Ensino e Aprendizagem no Ensino Fundamental de 1º a 5º ano: objetivos, conteúdos, metodologia, recursos didáticos e avaliação da aprendizagem..... 301
2. Educação de Jovens e Adultos: pressupostos teóricos e metodologia no processo de construção do conhecimento 302
3. A influência de Paulo Freire na educação e especificamente na EJA..... 302
4. Ética e cidadania na formação da criança, do adolescente, do jovem e do adulto 302
5. Educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais: políticas públicas, avanços e inclusão social 304
6. A importância da linguagem, do movimento, da arte e das brincadeiras no processo de aprendizagem da criança de 6 a 10 anos..... 304
7. Construção do conhecimento com foco na transposição didática, na interdisciplinaridade e na contextualização dos conteúdos 305
8. Avaliação da aprendizagem como processo contínuo e formativo..... 307
9. Planejamento participativo: ação-reflexão-ação 307
10. Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC): finalidades e objetivos. PAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa 308
11. A relação teoria-prática no processo de ensinar e aprender 309
12. A formação do educador no contexto contemporâneo..... 310
13. A concepção do professor crítico-reflexivo..... 312
14. Relações humanas na escola e na família 313
15. Ética profissional..... 314

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Em "A" – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em "B" – Certo: o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis.

Em "C" – Errado: o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em "D" – Errado: além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias".

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

▸Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

▸Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA

NÚMEROS RELATIVOS INTEIROS E FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES E SUAS PROPRIEDADES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO E POTENCIAÇÃO). MÚLTIPLOS E DIVISORES: MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM. FRAÇÕES ORDINÁRIAS E DECIMAIS. NÚMEROS DECIMAIS: PROPRIEDADES E OPERAÇÕES. EXPRESSÕES NUMÉRICAS; CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS E INTEIROS (DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORAÇÃO, MÁXIMO DIVISOR COMUM, MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM). NÚMEROS RACIONAIS E IRRACIONAIS (RETA NUMÉRICA, VALOR ABSOLUTO, REPRESENTAÇÃO DECIMAL). NÚMEROS REAIS (RELAÇÃO DE ORDEM E INTERVALOS). OPERAÇÕES

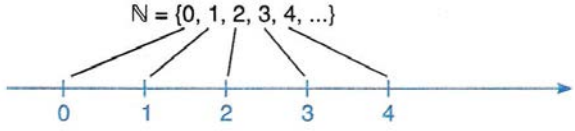
Conjunto dos Números Naturais - N[1]

O conjunto dos números naturais, representado por N, é formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, também conhecidos como algarismos indo-arábicos. Embora o zero não seja considerado um número natural no sentido de representar objetos contáveis da natureza, ele é incluído neste conjunto devido às suas propriedades algébricas semelhantes às dos números naturais.

Portanto, consideraremos que a sequência de números naturais começa com o zero, e podemos representar este conjunto da seguinte forma: N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}



As reticências (três pontos) sinalizam que este conjunto é infinito, ou seja, não possui um fim. O conjunto N é composto por uma infinidade de números.



Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por:

ℕ* = {1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, ...}

Subconjuntos notáveis em ℕ:

1 – Números Naturais não nulos

ℕ* = {1, 2, 3, 4, ..., n, ...}; ℕ* = ℕ – {0}

2 – Números Naturais pares

$\mathbb{N}_p$ = {0, 2, 4, 6, ..., 2n, ...}, com n ∈ ℕ

3 – Números Naturais ímpares

$\mathbb{N}_i$ = {1, 3, 5, 7, ..., 2n + 1, ...}, com n ∈ ℕ

4 – Números primos

P = {2, 3, 5, 7, 11, 13, ...}

A construção dos Números Naturais

Cada número natural, incluindo o zero, possui um sucessor, que é o número seguinte na sequência dos números naturais. Exemplos: Seja m um número natural.

a) O sucessor de m é m+1.

b) O sucessor de 1 é 2.

c) O sucessor de 4 é 5.

▪ Quando um número natural é o sucessor do outro, esses dois números são chamados de números consecutivos.

Exemplos:

a) 5 e 6 são números consecutivos.

b) 9 e 10 são números consecutivos.

c) 90 e 91 são números consecutivos.

▪ Vários números formam uma coleção de números naturais consecutivos se o segundo é sucessor do primeiro, o terceiro é sucessor do segundo, o quarto é sucessor do terceiro e assim sucessivamente.

▪ Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

O conjunto é denominado conjunto dos números naturais pares. Embora, em algumas situações, também possamos utilizar a expressão "sequência dos números naturais pares" para representá-lo: P = {0, 2, 4, 6, 8, 10, 12, ...}.

O conjunto a seguir é chamado de conjunto dos números naturais ímpares, também conhecido como a sequência dos números ímpares: I = {1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, ...}.

Operações com Números Naturais

▪ **Adição de Números Naturais:** a primeira operação fundamental da Aritmética tem por finalidade reunir em um só número, todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: *6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 soma ou total*

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

▪ **Subtração de Números Naturais:** é usada quando precisamos tirar uma quantia de outra, é a operação inversa da adição. A operação de subtração só é válida nos naturais quando subtraímos o menor número do maior, ou seja quando a-b tal que a ≥ b.

Exemplo: *200 – 193 = 7, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 07 a diferença.*

▫ **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

▪ **Multiplicação de Números Naturais:** é a operação que tem por finalidade adicionar o primeiro número denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número denominadas multiplicador.

Exemplo: *3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.*

- 2 vezes 5 é somar o número 2 cinco vezes: 2 x 5 = 2 + 2 + 2 + 2 + 2 = 10. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes necessitamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número que é o maior é denominado dividendo e o outro número que é menor é o divisor. O resultado da divisão é chamado quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente obteremos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural e na ocorrência disto a divisão não é exata.

$$\begin{array}{c|c} a & b \\ \hline r & q \end{array} \Leftrightarrow \begin{cases} a = b \cdot q + r \\ r < b \end{cases}$$

Relações essenciais numa divisão de números naturais:

▪ Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo.

45 : 9 = 5

▪ Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente.

45 = 5 x 9

Atenção: a divisão de um número natural n por zero não é viável, pois, se considerássemos que o quociente fosse q, teríamos a seguinte igualdade: n ÷ 0 = q, o que implicaria em n = 0 x q = 0, o que não é válido. Portanto, a divisão de n por 0 é considerada inviável ou impossível.

Propriedades das operações matemáticas em números naturais: para quaisquer números naturais a, b e c:

▪ **Associatividade da adição:** (a + b) + c = a + (b + c)
▪ **Comutatividade da adição:** a + b = b + a
▪ **Elemento neutro da adição:** a + 0 = a
▪ **Associatividade da multiplicação:** (a * b) * c = a * (b * c)
▪ **Comutatividade da multiplicação:** a * b = b * a
▪ **Elemento neutro da multiplicação:** a * 1 = a
▪ **Distributividade da multiplicação em relação à adição:** a * (b + c) = a * b + a * c
▪ **Distributividade da multiplicação em relação à subtração:** a * (b - c) = a * b - a * c
▪ **Fechamento:** Tanto a adição como a multiplicação de números naturais resultam em números naturais.

PROBLEMAS COM AS QUATRO OPERAÇÕES

Os cálculos para resolver problemas desse tipo incluem adições e subtrações, seguidas de multiplicações e divisões. Depois, os problemas são resolvidos utilizando princípios algébricos, ou seja, formulamos equações matemáticas com variáveis desconhecidas (representadas por letras). Aqui estão algumas situações que podem ser descritas e resolvidas usando a álgebra.

Atenção: É bom ter em mente algumas situações que podemos encontrar:

O dobro de x: **2x**

O triplo de um número: **3x**

O dobro de um número adicionado de 4: **2x + 4**

Um número adicionado de seu triplo: **x + 3x**

O quíntuplo de a subtraído do sêxtuplo de y: **5a - 6y**

Exemplos:

01. (Pref. Guarujá/SP – SEDUC – Professor de Matemática – CAIPIMES) Sobre 4 amigos, sabe-se que Clodoaldo é 5 centímetros mais alto que Mônica e 10 centímetros mais baixo que Andreia. Sabe-se também que Andreia é 3 centímetros mais alta que Doralice e que Doralice não é mais baixa que Clodoaldo. Se Doralice tem 1,70 metros, então é verdade que Mônica tem, de altura:

(A) 1,52 metros.
(B) 1,58 metros.
(C) 1,54 metros.
(D) 1,56 metros.

Resolução:

Escrevendo em forma de equações, temos:
C = M + 0,05 (I)
C = A – 0,10 (II)
A = D + 0,03 (III)
D não é mais baixa que C
Se D = 1,70 , então:
(III) A = 1,70 + 0,03 = 1,73
(II) C = 1,73 – 0,10 = 1,63
(I) 1,63 = M + 0,05
M = 1,63 – 0,05 = 1,58 m
Resposta: B.

02. (CEFET – Auxiliar em Administração – CESGRANRIO) Em três meses, Fernando depositou, ao todo, R$ 1.176,00 em sua caderneta de poupança. Se, no segundo mês, ele depositou

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

EVOLUÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM; ACONTECIMENTOS E FATOS RELEVANTES E ATUAIS DO CONTEXTO INTERNACIONAL, NACIONAL, ESTADUAL E DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM; ARTE E CULTURA; CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO; DEMOCRACIA, ÉTICA E CIDADANIA; ECOLOGIA/BIODIVERSIDADE; GLOBALIZAÇÃO E GEOPOLÍTICA

Formação histórica e configuração territorial

A trajetória de Boa Viagem relaciona-se à ocupação colonial do sertão cearense, à pecuária e à formação de um núcleo religioso e comercial. Seus vínculos com Quixeramobim marcaram períodos de autonomia, alterações territoriais e criação de distritos.

▸ A ocupação do sertão e o surgimento do núcleo urbano

A pecuária avançou pelos sertões cearenses em busca de pastagens e pontos de água. Fazendas, caminhos, capelas e locais de troca favoreceram a formação de povoados em regiões de rios e riachos intermitentes.

Sesmarias, pastoreio e memória de Cavalo Morto

Em 1743, uma sesmaria foi concedida a Antônio Domingues Álvares perto do riacho Cavalo Morto, ligado ao rio Quixeramobim. A concessão ilustra a apropriação colonial de terras. O antigo nome Cavalo Morto identifica uma etapa da formação do povoado, posteriormente conhecido como Boa Viagem. A denominação atual relaciona-se à devoção a Nossa Senhora da Boa Viagem e às tradições sobre os primeiros núcleos de povoamento. Os relatos sobre Antônio Domingues Álvares e Agostinha Sanches de Carvalho integram a memória local, mas não anulam a existência de populações anteriores, trabalhadores e famílias pouco visíveis nos registros coloniais.

Da freguesia à autonomia administrativa

A formação de uma freguesia em 1862 expressou a importância crescente do núcleo religioso e populacional. Em 21 de novembro de 1864, Boa Viagem foi elevada à categoria de vila e desmembrada de Quixeramobim. Essa transformação criou condições para a organização de autoridades locais e para a administração de interesses próprios. A autonomia, entretanto, não teve desenvolvimento contínuo: em 1931, o município foi extinto e seu território voltou a integrar Quixeramobim. A reorganização ocorreu em 1936, quando Boa Viagem recuperou sua condição municipal; em 1938, recebeu a categoria de cidade. A sequência mostra como decisões de governo alteram a representação política do território.

Os marcos essenciais podem ser comparados pela posição jurídica alcançada pelo núcleo populacional e pelos efeitos de cada mudança sobre sua gestão.

Marco histórico	Situação administrativa	Efeito territorial
1862	Criação da freguesia	Fortalecimento do núcleo religioso e comunitário
1864	Elevação à vila e desmembramento	Formação de administração municipal própria
1931	Extinção do município	Reincorporação do território a Quixeramobim
1936 e 1938	Restabelecimento municipal e categoria de cidade	Consolidação da sede urbana

Povoado, freguesia, município e cidade representam condições distintas. A emancipação é associada à elevação à vila, embora a estrutura urbana tenha continuado a se transformar depois desse marco.

▸ Os distritos e a relação entre campo e sede

Boa Viagem abrange áreas rurais e distritos como Guia, Ibuaçu, Jacampari, Domingos da Costa, Águas Belas e Boqueirão. Essa distribuição exige considerar distâncias, estradas e formas de trabalho na oferta de serviços. Na regionalização de planejamento do Ceará, Boa Viagem integra o Sertão de Canindé; a expressão Sertão de Quixeramobim permanece associada à sua localização histórica. As duas denominações correspondem a formas distintas de organizar o espaço regional e não representam alteração da autonomia municipal.

Extensão municipal e localidades rurais

Com território de aproximadamente 2,8 mil quilômetros quadrados, Boa Viagem não pode ser compreendida apenas por suas ruas centrais. Comunidades mais afastadas dependem de vias de ligação para comercializar produtos, acessar serviços especializados e participar de atividades coletivas. Uma família residente no distrito de Guia, por exemplo, pode utilizar equipamentos de atendimento próximos de sua moradia e ainda precisar deslocar-se à sede para resolver assuntos administrativos. As distâncias influenciam o transporte escolar, a manutenção das estradas vicinais e a localização de unidades de saúde, tornando a acessibilidade critério decisivo. A frequência das viagens também importa: a existência de uma estrada não garante transporte em todos os horários, especialmente quando o deslocamento depende de veículos coletivos.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

População, circulação e acesso aos serviços

O Censo de 2022 registrou 50.411 habitantes em Boa Viagem. Esse total inclui realidades distintas: bairros urbanos, comunidades agrícolas, povoados e distritos. Os bairros concentram parte da população, enquanto as localidades rurais mantêm residências dispersas. O comércio da sede atende moradores interessados em mercadorias, serviços e transporte. A circulação entre esses espaços contribui para a integração municipal, mas também evidencia desigualdades de acesso. Comunicação, estradas e equipamentos descentralizados podem reduzir o isolamento, mantendo a diversidade das comunidades.

Ambiente semiárido, recursos hídricos e sustentabilidade

Em Boa Viagem, o semiárido condiciona o abastecimento, a agricultura e a paisagem. Os desafios ambientais também dependem do uso do solo, da conservação da vegetação e da gestão da água, não apenas da quantidade de chuva.

- **Caatinga e adaptação às chuvas irregulares**

A Caatinga possui plantas adaptadas ao calor e à sazonalidade. Muitas perdem folhas na estação seca e voltam a apresentar folhagem após as chuvas, uma adaptação que não deve ser confundida com ausência de vida.

Vegetação, solos e biodiversidade

Plantas como mandacaru, juazeiro e espécies de jurema ilustram diferentes formas de resistência às condições sertanejas. O mandacaru armazena água em seus tecidos; árvores e arbustos apresentam estruturas que favorecem a conservação de recursos em épocas de menor umidade. A fauna participa da polinização e da dispersão de sementes. A supressão da vegetação fragiliza essas interações e expõe o solo à erosão. Nas áreas em declive, a erosão pode transportar partículas férteis para cursos de água e reservatórios. A conservação de fragmentos nativos, das margens de riachos e da cobertura vegetal é importante tanto para a biodiversidade quanto para a produção agropecuária.

Produção rural e riscos de degradação

Milho, feijão e criações animais dependem de chuvas, solo adequado, alimentação e reservas hídricas. Uma sequência de chuvas concentradas em poucos dias pode não compensar uma longa interrupção posterior: sementes podem germinar e, depois, sofrer com a falta de umidade. Manter cobertura vegetal, matéria orgânica e cultivos diversificados reduz riscos. A desertificação não deve ser confundida com a seca natural; ela corresponde a processos de degradação ambiental associados também ao uso inadequado da terra. Portanto, o enfrentamento dos problemas rurais requer tanto adaptação climática quanto prevenção de danos causados pela atividade humana.

O cuidado ambiental exige respostas diferentes para problemas interligados.

Desafio ambiental	Repercussão no município	Resposta de manejo e gestão
Chuvas concentradas e estiagens	Oscilação da disponibilidade de água	Armazenamento, consumo responsável e planejamento
Solo descoberto	Erosão e perda de fertilidade	Cobertura vegetal e práticas conservacionistas
Ocupação de margens de riachos	Assoreamento e deterioração da água	Proteção das áreas ribeirinhas e fiscalização
Descarte inadequado de resíduos	Contaminação e obstrução da drenagem	Coleta, destinação correta e educação ambiental

A erosão pode levar sedimentos aos açudes, aumentando as exigências de tratamento. O acúmulo de resíduos, por sua vez, dificulta a drenagem durante chuvas intensas. A prevenção precisa reunir ações rurais e urbanas.

- **A água como eixo da vida coletiva**

Boa Viagem integra a sub-bacia do Banabuiú, pertencente ao sistema do rio Jaguaribe. Riachos intermitentes e a presença do rio Quixeramobim exigem armazenamento e uso criterioso da água.

Rios, riachos, açudes e segurança hídrica

Os açudes Vieirão e São José I aparecem entre os reservatórios associados ao território de Boa Viagem. A água armazenada precisa atender a demandas que podem variar conforme as chuvas e os usos permitidos em cada sistema. Os reservatórios dependem de volume, qualidade, captação e distribuição adequados. Como a água atravessa limites municipais, sua gestão demanda articulação por bacia hidrográfica. Uma retirada realizada em determinado ponto pode interferir em usuários situados em outros trechos. O monitoramento das reservas e a proteção das áreas de contribuição dos açudes são medidas essenciais para reduzir vulnerabilidades. Em locais que utilizam poços, a disponibilidade subterrânea também precisa ser examinada com cuidado. A presença de água no subsolo não significa que ela exista em quantidade ilimitada ou que seja apropriada ao consumo sem avaliação de qualidade. Soluções de abastecimento devem respeitar as características físicas de cada comunidade.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS EDUCACIONAIS

O ATUAL SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O sistema educacional brasileiro passou por diversas transformações ao longo das décadas, refletindo em mudanças sociais, econômicas e políticas. Atualmente, o sistema educacional do Brasil é estruturado em diferentes níveis, desde a educação básica até o ensino superior, cada um com seus desafios e características distintas.

A educação básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Infantil é voltada para crianças de 0 a 5 anos e é considerada a primeira etapa da educação básica. O Ensino Fundamental abrange do 1º ao 9º ano, enquanto o Ensino Médio compreende os últimos três anos da educação básica. Essa fase tem sido objeto de discussões e reformas nos últimos anos, com iniciativas para melhorar a qualidade do ensino, atualizar currículos e promover uma educação mais alinhada com as demandas contemporâneas.

A Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), traz trechos que regulamentam o sistema educacional brasileiro:

[...]

[1]Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI - alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

[...]

***Art. 21**. A educação escolar compõe-se de:*

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tornou-se uma ferramenta importante no acesso ao ensino superior, além de ser utilizado como indicador de qualidade do Ensino Médio. As universidades públicas e privadas utilizam o resultado do ENEM como critério de seleção, promovendo, assim, uma avaliação mais abrangente dos conhecimentos dos estudantes.

1 <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm> Acesso em novembro de 2023.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

No ensino superior, o Brasil conta com uma variedade de instituições públicas e privadas. As universidades públicas são conhecidas por sua qualidade acadêmica, mas enfrentam desafios relacionados à expansão da oferta e à busca por financiamento. Programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foram implementados para facilitar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior privado.

Além disso, o Brasil também abriga uma diversidade de institutos técnicos e escolas profissionalizantes, buscando atender à demanda por profissionais qualificados em diferentes áreas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece oportunidades para aqueles que não concluíram seus estudos na idade regular.

No entanto, o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios significativos. A desigualdade regional e socioeconômica reflete-se nas discrepâncias de qualidade entre escolas, principalmente no ensino básico. A falta de infraestrutura, a carência de recursos pedagógicos e a formação inadequada de professores são questões que impactam negativamente a qualidade da educação em muitas regiões do país.

As políticas educacionais também têm sido objeto de debates e mudanças ao longo dos anos, muitas vezes influenciadas por diferentes visões ideológicas e orientações políticas. O desafio constante é encontrar um equilíbrio entre a necessidade de reformas estruturais, a garantia de recursos adequados e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras.

A tecnologia na educação tem se mostrado uma ferramenta promissora para enfrentar alguns desses desafios, proporcionando novas formas de aprendizado e acesso ao conhecimento. No entanto, a inclusão digital ainda é um desafio em algumas regiões, impactando a capacidade de implementar efetivamente essas soluções.

Em resumo, o atual sistema educacional brasileiro é multifacetado, refletindo os desafios e as complexidades de um país diverso e em constante evolução. A busca por melhorias na qualidade da educação, a equidade de acesso e a adaptação às demandas do mundo contemporâneo continuam a ser prioridades para construir um sistema educacional mais eficiente e inclusivo no Brasil.

A ESCOLA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Papel Histórico Da Educação Pública No Brasil

O papel histórico da educação pública no Brasil está intimamente ligado ao processo de construção da cidadania e da democracia no país. Entender esse papel exige olhar para as transformações sociais, políticas e econômicas que moldaram o sistema educacional brasileiro ao longo do tempo.

- **Educação no período colonial e imperial**

Durante o período colonial (1500–1822), a educação era essencialmente elitista e voltada à catequese indígena, conduzida principalmente pelos jesuítas. Poucos tinham acesso ao ensino formal, restrito às camadas mais abastadas, enquanto a maioria da população – composta por indígenas, africanos escravizados e mestiços – ficava completamente excluída.

No Império (1822–1889), surgiram as primeiras tentativas de estruturar um sistema nacional de ensino, mas a educação ainda era privilégio das elites. O ensino público era escasso e precário, concentrado em áreas urbanas e oferecido apenas nos níveis elementares.

- **Primeira República e a expansão inicial**

Com a Proclamação da República (1889), surgiu uma valorização maior da educação como ferramenta de modernização e progresso. O movimento escolanovista das décadas de 1920 e 1930 propôs inovações pedagógicas e maior democratização do ensino, defendendo métodos ativos e a educação voltada à formação integral do indivíduo. No entanto, na prática, a educação pública seguia marcada por desigualdades regionais, especialmente entre áreas urbanas e rurais, e pelo baixo investimento público.

- **A Constituição de 1934 e a ideia de direito à educação**

A Constituição de 1934 foi a primeira a consagrar a educação como direito de todos e dever do Estado. Mesmo assim, os avanços foram lentos e desiguais. O analfabetismo continuava elevado, e o sistema público carecia de estrutura e financiamento. No período ditatorial (1964–1985), houve ampliação de matrículas, mas com foco tecnicista, preparando mão de obra para o mercado, em vez de priorizar a formação cidadã e a inclusão social.

- **Redemocratização e a Constituição de 1988**

O marco mais relevante para a educação pública foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu no artigo 205 que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade". Esse texto reforça o caráter universal e inclusivo da educação pública, definindo-a como instrumento essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A Constituição também prevê o acesso gratuito à educação básica e obriga a União, estados e municípios a garantirem o financiamento adequado.

- **Políticas de financiamento e ampliação do acesso**

Nas décadas seguintes, o Brasil criou mecanismos importantes para fortalecer a educação pública, como o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado em 1996) e seu sucessor, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Esses fundos ajudaram a ampliar matrículas, reduzir desigualdades regionais e melhorar a remuneração docente. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição e atualizado periodicamente, estabelece metas claras para avançar em acesso, qualidade e inclusão.

- **Educação pública como espaço de inclusão social**

O papel histórico da educação pública não se limita a oferecer acesso escolar: ela é um espaço simbólico onde se constrói a cidadania, a identidade coletiva e o pertencimento social. A escola pública é, muitas vezes, o único local onde crianças e jovens de baixa renda têm acesso à cultura, ao esporte, à alimentação

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

DIDÁTICA

CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE, HOMEM E EDUCAÇÃO

As concepções de sociedade, de ser humano e de educação formam a base filosófica e política de toda prática pedagógica. Essas concepções orientam o que se ensina, como se ensina, para quem e com qual finalidade. Toda proposta curricular, todo plano de aula, todo modelo de avaliação é uma expressão, direta ou indireta, de uma visão de mundo.

Na prática educacional, é comum que essas concepções estejam implícitas, ou seja, não sejam claramente discutidas ou refletidas. No entanto, elas operam silenciosamente nas escolhas pedagógicas. Por isso, o educador que deseja atuar de forma crítica e consciente precisa conhecer e analisar as diferentes correntes de pensamento que sustentam essas visões.

A análise das concepções de sociedade, de homem e de educação não é apenas um exercício teórico. Ela tem implicações concretas na organização do trabalho pedagógico, na gestão escolar, nas políticas públicas de educação e na formação da cidadania. Saber identificar essas concepções é também uma habilidade cada vez mais exigida em concursos públicos e avaliações na área educacional.

Concepções de sociedade: conservadora, liberal e crítica

A concepção de sociedade refere-se à forma como se entende a organização social, as relações entre os indivíduos, os papéis das instituições e os mecanismos de mudança social. Na pedagogia, essa concepção influencia diretamente o sentido atribuído à educação.

Sociedade conservadora: Nesta visão, a sociedade é um corpo orgânico, harmônico, onde cada indivíduo deve ocupar seu lugar natural. A educação tem como função conservar a ordem, transmitir valores morais e garantir a obediência às normas. O conhecimento é visto como absoluto e imutável. Essa concepção sustenta práticas pedagógicas autoritárias, baseadas na memorização e na disciplina rígida.

Sociedade liberal: A sociedade é entendida como um conjunto de indivíduos livres e racionais que interagem em busca de seus interesses. Valoriza-se a meritocracia, a neutralidade da escola e a liberdade individual. A educação é vista como meio de ascensão social e como espaço neutro, onde todos têm as mesmas oportunidades. No entanto, ignora-se muitas vezes as desigualdades sociais estruturais que afetam o acesso e o sucesso escolar.

Sociedade crítica: Nessa concepção, a sociedade é entendida como um espaço de contradições, conflitos e lutas por poder. Reconhece-se que as desigualdades sociais são construídas historicamente e que a escola pode tanto reproduzi-las quanto contribuir para sua superação. A educação é vista como prática política e instrumento de transformação social. Essa concepção está presente em autores como Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire.

Concepções de homem: naturalista, individualista e histórico-social

A concepção de homem (ou ser humano) está diretamente ligada à forma como se entende o desenvolvimento humano, a aprendizagem e o papel da educação. Essa visão orienta as expectativas em relação ao aluno e o tipo de relação pedagógica que se estabelece.

Concepção naturalista: O ser humano é visto como determinado pela biologia, instintos ou herança genética. Essa visão, influenciada por correntes positivistas, tende a justificar o fracasso escolar como resultado de limitações individuais. Na prática pedagógica, pode levar à exclusão de alunos com dificuldades ou à naturalização das desigualdades.

Concepção individualista: O ser humano é considerado um ser autônomo, racional e responsável por suas escolhas. Essa visão, associada ao liberalismo, valoriza o mérito individual e a competição. A escola, nesse caso, funciona como espaço de seleção, onde os "melhores" avançam. É uma concepção frequentemente usada para legitimar a desigualdade sob o argumento do esforço pessoal.

Concepção histórico-social: O ser humano é entendido como sujeito histórico, construído nas relações sociais, culturais e econômicas. Essa concepção reconhece que todos têm potencial de aprender, mas que esse potencial depende das condições objetivas e subjetivas em que vivem. O educador, nessa visão, é um agente de mediação, que deve criar condições para que todos desenvolvam suas capacidades.

Concepções de educação: tradicional, tecnicista, liberal renovadora e progressista

As concepções de educação derivam das visões de sociedade e de homem. Elas expressam diferentes finalidades para a escola e modelos distintos de ensino.

Educação tradicional: Tem origem na concepção conservadora. Valoriza a autoridade do professor, a disciplina e a transmissão de conhecimentos considerados "superiores". O aluno é passivo e deve reproduzir o saber. É comum em práticas que priorizam a memorização, o livro didático e a repetição.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Educação tecnicista: Ligada ao funcionalismo e ao modelo industrial, entende a educação como preparo para o mercado de trabalho. O ensino é fragmentado, com ênfase na eficiência, controle e avaliação quantitativa. O professor é um executor de métodos e o aluno, um receptor de instruções.

Educação liberal renovadora: Baseia-se em ideias do "aprender fazendo" (John Dewey). Valoriza a atividade do aluno, o interesse, a experiência e a individualidade. Embora apresente avanços em relação ao modelo tradicional, muitas vezes desconsidera as questões sociais e as desigualdades estruturais.

Educação progressista: Fundada em uma concepção crítica de sociedade e homem, busca formar sujeitos conscientes e capazes de transformar a realidade. Paulo Freire é o principal expoente dessa concepção. O processo educativo é dialógico, participativo e contextualizado. A escola é espaço de reflexão, debate e emancipação.

Implicações pedagógicas das diferentes concepções

Cada concepção analisada resulta em práticas pedagógicas específicas. Por exemplo:

- Uma escola com base na concepção tradicional tende a adotar provas padronizadas, aulas expositivas e punições disciplinares.
- Uma escola de orientação liberal-competitiva pode adotar ranking de alunos, olimpíadas de conhecimento e sistemas meritocráticos de avaliação.
- Uma escola com base na pedagogia progressista valoriza o projeto coletivo, o trabalho interdisciplinar, a escuta ativa do aluno e o currículo contextualizado.

Na formação docente, é essencial que o educador reflita sobre suas próprias concepções. Muitas vezes, práticas conservadoras são reproduzidas de forma acrítica, mesmo quando o discurso é progressista. A coerência entre teoria e prática exige análise constante, estudo e compromisso ético com a função social da educação.

Além disso, as políticas públicas educacionais são influenciadas por essas concepções. Reformas curriculares, avaliações externas, gestão escolar e financiamento da educação refletem determinadas visões de mundo. O educador, como profissional reflexivo, precisa estar atento a essas disputas e posicionar-se criticamente.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

A função social da escola abrange múltiplas dimensões e está profundamente conectada à formação integral do indivíduo para a vida em sociedade. Em sua essência, a escola visa promover a cidadania, proporcionar igualdade de oportunidades e preparar os alunos tanto para o mundo do trabalho quanto para a compreensão crítica e transformadora da realidade.

Esse papel é central para o desenvolvimento humano e social, pois vai além da transmissão de conteúdos acadêmicos, contribuindo para o fortalecimento das comunidades e para o bem-estar social. Assim, a função da escola é ampla e implica a responsabilidade de ser um espaço que acolhe e respeita a diversidade, contribui para a justiça social, incentiva a autonomia e prepara para a vida em sociedade.

Um dos pilares da função social da escola é a construção de uma cidadania ativa e consciente. A educação escolar não só prepara os indivíduos para o exercício de seus direitos e deveres, mas também os encoraja a participarem dos processos democráticos e das decisões coletivas de maneira crítica e informada.

Nesse ambiente, a escola atua como um espaço de aprendizado dos valores democráticos, promovendo o respeito pela diversidade de opiniões e incentivando a formação de cidadãos que compreendem a importância do diálogo, da solidariedade e do engajamento em causas coletivas. Assim, o estudante é levado a perceber a escola não apenas como um lugar de aprendizado acadêmico, mas também como uma preparação para viver e atuar na sociedade.

Outro aspecto fundamental é a promoção da igualdade de oportunidades. Em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas e sociais, a escola assume um papel de inclusão e democratização do conhecimento, proporcionando acesso a conteúdos e experiências que possibilitam aos alunos romperem barreiras de exclusão social. Para muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a escola representa a principal ou até única oportunidade de acessar o conhecimento necessário para ampliar suas perspectivas de vida.

A função da escola é, portanto, promover um ambiente igualitário e inclusivo, onde todos possam aprender e se desenvolver, independentemente de suas origens sociais, culturais ou econômicas. Esse compromisso com a equidade está diretamente relacionado à função da escola em reduzir desigualdades e proporcionar as ferramentas para uma vida digna e autônoma.

Além de contribuir para a formação cidadã e para a promoção da equidade, a escola também desempenha um papel socializante, fundamental para o desenvolvimento das habilidades de convivência e interação.

A experiência escolar permite que os alunos aprendam a se relacionar, respeitar as diferenças e compartilhar vivências, habilidades cruciais para a vida em sociedade. A convivência com a diversidade de realidades e pontos de vista em sala de aula e nas atividades coletivas contribui para a construção de valores como o respeito, a empatia, a responsabilidade e a capacidade de resolver conflitos de maneira construtiva. Esse processo de socialização, fundamental para o desenvolvimento integral, possibilita que os estudantes se tornem adultos capazes de contribuir para a harmonia e o progresso de sua comunidade.

Outro aspecto importante é a preparação para o mundo do trabalho e para o desenvolvimento econômico e tecnológico. O mercado de trabalho, em constante transformação, exige cada vez mais competências técnicas, criativas e adaptativas.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º A 5º ANO: OBJETIVOS, CONTEÚDOS, METODOLOGIA, RECURSOS DIDÁTICOS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Panorama Geral e Objetivos da Aprendizagem nos Anos Iniciais

O Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que compreende do 1º ao 5º ano, é a primeira etapa da educação básica com matrícula obrigatória, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Esta fase tem como finalidade primordial garantir o desenvolvimento das competências básicas de leitura, escrita, raciocínio lógico, noções científicas e sociais, além de atitudes, valores e comportamentos necessários para o exercício da cidadania e a formação integral do sujeito.

É importante compreender que o trabalho pedagógico nos anos iniciais vai muito além da simples transmissão de conteúdos. Ele deve promover situações de aprendizagem que contribuam com a formação global do aluno, respeitando seu ritmo, experiências e realidade sociocultural. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo em vigor, estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para essa etapa, organizados por áreas do conhecimento e habilidades que devem ser asseguradas a todos os estudantes.

Dentre os objetivos centrais dessa fase, destacam-se: alfabetizar plenamente até o 2º ano; desenvolver o pensamento matemático e lógico; iniciar o conhecimento científico sobre o mundo natural e social; e fomentar atitudes de respeito à diversidade, cooperação e senso crítico. A construção de autonomia, a formação ética e o desenvolvimento das funções cognitivas são metas igualmente relevantes e interligadas.

O papel do professor nessa etapa é decisivo. Ele não atua apenas como transmissor de saberes, mas como mediador, organizador de tempos e espaços de aprendizagem e, sobretudo, como observador sensível do processo de cada estudante. Os anos iniciais exigem uma atuação didática planejada, consciente e afetiva, pois é nessa fase que se consolidam os alicerces da formação escolar.

Conteúdos Curriculares Essenciais por Componentes

A BNCC organiza os conteúdos dos anos iniciais em quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Cada uma delas possui objetivos específicos e habilidades a serem desenvolvidas progressivamente.

Na área de Linguagens, Língua Portuguesa é o principal componente, sendo responsável pela alfabetização, letramento, oralidade, leitura, escrita e análise linguística. Artes, Educação Física e Língua Inglesa (introduzida a partir do 6º ano, mas com experiências prévias possíveis) também fazem parte desse campo. A alfabetização é o principal foco nos dois primeiros anos, mas continua sendo aperfeiçoada até o 5º ano, com ampliação do repertório textual e aprofundamento da compreensão de gêneros diversos.

A Matemática nos anos iniciais foca no desenvolvimento do raciocínio lógico, da resolução de problemas e noções fundamentais como números, medidas, geometria, estatística e álgebra (em sua forma introdutória). O objetivo é que o aluno compreenda as operações matemáticas, use estratégias para resolver situações cotidianas e desenvolva a autonomia no pensamento numérico.

Em Ciências da Natureza, os conteúdos buscam desenvolver a curiosidade científica, a capacidade de observação e a construção de noções básicas sobre os seres vivos, o corpo humano, o ambiente, os fenômenos naturais e as propriedades da matéria. O foco é aproximar a ciência do cotidiano da criança, promovendo investigações e experiências.

Já em Ciências Humanas, História e Geografia aparecem com propostas de construção da identidade, reconhecimento de si e do outro, localização no tempo e no espaço, e valorização da diversidade cultural. São conteúdos que trabalham com noções de temporalidade, territorialidade, pertencimento e convivência democrática.

Além desses componentes, a BNCC propõe a abordagem de temas contemporâneos transversais, como direitos humanos, ética, meio ambiente, diversidade cultural e saúde, sempre que possível de maneira interdisciplinar. Essa integração permite uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, aproximando os conteúdos escolares da realidade dos alunos.

Metodologias de Ensino Aplicadas aos Anos Iniciais

Nos anos iniciais, a metodologia de ensino deve considerar as especificidades do desenvolvimento infantil, valorizando a aprendizagem ativa, lúdica, contextualizada e significativa. A criança aprende por meio da interação, da experimentação, do erro, da brincadeira e da repetição. Assim, as abordagens metodológicas devem favorecer o protagonismo infantil e a construção coletiva do conhecimento.

A aprendizagem ativa implica em propor situações didáticas em que o aluno seja sujeito do processo: resolvendo problemas, fazendo escolhas, participando de investigações, desenvolvendo projetos e assumindo responsabilidades dentro do seu nível de desenvolvimento. O ensino por projetos, por exemplo, favorece a integração entre disciplinas e permite o aprofundamento de temas de interesse das crianças, promovendo maior engajamento e autonomia.

As sequências didáticas também são metodologias eficazes. Elas consistem em uma série de atividades organizadas em etapas que visam desenvolver uma habilidade ou conjunto de saberes, sempre partindo de uma situação-problema. Essa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

abordagem exige planejamento detalhado do professor, que deve considerar o nível dos alunos, os objetivos da aprendizagem e os recursos disponíveis.

Outro ponto fundamental é a diferenciação pedagógica. Reconhecer que cada criança aprende de maneira diferente implica em oferecer diferentes estratégias, linguagens, ritmos e formas de expressão. Isso é especialmente importante em contextos de inclusão, em que o professor precisa adaptar materiais e metodologias para atender alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem ou outras necessidades específicas.

Recursos Didáticos: Tradição e Inovação em Sala de Aula

Os recursos didáticos são ferramentas fundamentais para mediar o processo de ensino-aprendizagem. Nos anos iniciais, a variedade e a adequação dos recursos podem fazer grande diferença no engajamento e na compreensão dos alunos.

Entre os recursos tradicionais, destacam-se os livros didáticos, cadernos de atividades, jogos pedagógicos, cartazes, fantoches, objetos concretos e materiais manipuláveis. Esses materiais ajudam a tornar os conteúdos mais tangíveis e acessíveis, principalmente para crianças em processo de alfabetização.

A tecnologia, por sua vez, vem ganhando espaço importante na educação. Plataformas educacionais, vídeos, jogos digitais, aplicativos e recursos interativos ampliam as possibilidades pedagógicas, favorecendo uma aprendizagem multimodal. O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) deve ser planejado e alinhado aos objetivos de aprendizagem, nunca sendo um fim em si mesmo.

Os espaços também são recursos didáticos. A sala de aula, o pátio, a biblioteca, o laboratório, o jardim e até o entorno da escola são locais que, quando bem aproveitados, se transformam em ambientes de aprendizagem rica e significativa. A organização do ambiente, a disposição dos materiais e a liberdade de movimento influenciam diretamente na qualidade das interações pedagógicas.

Avaliação da Aprendizagem: Função, Estratégias e Registro

A avaliação nos anos iniciais deve ser compreendida como parte do processo de ensino e aprendizagem, e não como seu fim. A principal função da avaliação nessa etapa é diagnóstica e formativa, ou seja, visa acompanhar o desenvolvimento dos alunos, identificar avanços e dificuldades, e reorientar as práticas pedagógicas.

A avaliação formativa acontece de forma contínua, cotidiana, por meio da observação, da análise de produções dos alunos, da escuta atenta e do diálogo. Já a avaliação somativa, ainda que presente, deve ser utilizada com cautela, sem caráter punitivo, e sim como instrumento de verificação de aprendizagem em momentos pontuais.

Entre os instrumentos avaliativos mais utilizados estão: portfólios, registros descritivos, autoavaliações, avaliações diagnósticas, provas objetivas e discursivas adaptadas, rubricas e pareceres pedagógicos. O mais importante é garantir que esses instrumentos reflitam o percurso real do aluno, suas conquistas, esforços e necessidades.

O registro sistemático das observações do professor é essencial. Ele permite documentar o progresso dos alunos, apoiar intervenções pedagógicas e comunicar às famílias de forma transparente e compreensível. A devolutiva ao aluno, por meio de feedbacks construtivos e personalizados, também é parte fundamental da avaliação.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Didática.

Bons estudos!

A INFLUÊNCIA DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO E ESPECIFICAMENTE NA EJA

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Educacionais

Bons estudos!

ÉTICA E CIDADANIA NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO ADULTO

A centralidade da ética e da cidadania na educação

A formação ética e cidadã está entre os fundamentos mais essenciais da educação, sendo reconhecida legalmente e pedagogicamente como condição para o desenvolvimento integral do ser humano. A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, determina que a educação tem como finalidade “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, educar é, em sua essência, formar cidadãos conscientes, participativos, éticos e capazes de transformar a sociedade.

Eticidade e cidadania não são conteúdos isolados, mas dimensões transversais de todo o processo educacional. A ética, enquanto reflexão crítica sobre os valores que orientam nossas ações, está intrinsecamente ligada à cidadania, entendida como o exercício consciente dos direitos e deveres no convívio social. Formar cidadãos éticos implica possibilitar o desenvolvimento de habilidades como empatia, respeito às diferenças, solidariedade, pensamento crítico e responsabilidade social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reforça a centralidade desses temas, ao estabelecer como uma de suas 10 competências gerais a formação de sujeitos “capazes de exercer a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro”. Isso implica uma formação contínua, que começa na infância e deve se estender por toda a vida.

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

